

O DOENTIO CAMINHO DA NECROPOLÍTICA BRASILEIRA

Por **Geraldo B. Horn, Alessandro Reina e
Alessandro Vorussi (Nesef/CNPq)**

Após logo percurso histórico – marcado por tragédias, guerras, conflitos e acordos de paz –, aprendemos que a democracia como prática social, o trabalho humano, a diversidade cultural e de pensamento, as diferentes formas de vida, a preservação da natureza são princípios e valores não só essenciais, como necessários para sobrevivência do ser humano. Aprendemos também que política, economia, cultura e educação não podem ser compreendidas separadamente. Aprendemos ainda que não há corpo sem alma, nem sujeito separado de objeto, nem feminino sem masculino, nem teoria sem prática; que a totalidade não é mera soma de partes, que a terra não é plana, que nem todo o eleito representa a maioria dos eleitores, que a representação não é a única forma de se fazer democracia (exercê-la é também, por vezes, discordar dela). Enfim, que o ato de educar é também um ato político e que nem todo governo, mesmo eleito pela maioria, visa promover o bem comum e o bem viver.

Biopolítica e sistema capitalista não coadunam, são contraditórios por princípio e por natureza. A ideologia política do capitalismo neoliberal produziu uma crise sistêmica, levando milhares e milhares de pessoas à morte todos os dias. Morte de seres humanos (e de animais) em larga escala, por fome, guerras, doenças, assassinatos, envenenamento da água e dos alimentos. Produz-se e promove-se a necropolítica, conceito cunhado pelo cientista camaronês Achille Mbembe, que designa a forma macabra como os governos administram as vidas. Para pobres, negros, desempregados, a única opção dada é a morte. Morte precoce, lenta e gradativa.

A necropolítica encontrou, na conjuntura política brasileira atual, terreno fértil para disseminar seu plano de morte. A ascensão de ideais fascistas é resultado do envenenamento ideológico promovido por uma casta elitista descomprometida com o bem-estar do povo e da nação, a serviço apenas do mercado e de seus lacaios. Postulam a necessidade de corte de verbas, de uma reforma que tira do trabalhador a seguridade de sua aposentadoria em nome de uma falsa promessa de crescimento econômico, ocultando o verdadeiro problema da previdência social – que tem cerca de 30% de seus recursos sequestrados para pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros estrangeiros. O ano de 2019 já registra, sob tutela bolsonarista, o maior índice de liberação de agrotóxicos no país. Há mais de 14 milhões de desempregados, e nossas riquezas estão sendo entregues aos estrangeiros, como a futura exploração de ouro no Vale do Xingu.

Ao passo que a retórica neoliberal – expressão da necropolítica – esforça-se em sustentar a suposta economia de 1 trilhão em dez anos, que supostamente viria com a aprovação

“A era do humanismo está terminando”
(Achille Mbembe)

da Reforma da Previdência – a custo de milhares de brasileiros que possivelmente não conseguirão se aposentar em condições minimamente dignas, considerando que consigam a idade mínima para tal –, o governo segue não se preocupando com aproximadamente 400 bilhões de reais anuais que deixa de arrecadar apenas com renúncias fiscais. Esse descompasso fiscal expressa claramente os interesses que ditam a agenda da atual equipe econômica.

Fora isso, recrudescem outros retrocessos sociais partindo do Ministério do Meio Ambiente, do MEC, da colcha de retalhos que atualmente é o MDH e do Ministério da Justiça. A ideologia belicista, com o porte de arma, transfere a responsabilidade da segurança pública do Estado ao cidadão comum, colocando-o em risco ao invés de protegê-lo. Nesse território agora manicomial, o governo projeta ainda aumentar os pontos para cassação da carteira de habilitação, afinal 20 pontos é pouco, embora um dos países mais desenvolvidos do mundo, a Dinamarca, estabeleça como limite para a perda da CNH apenas 3 pontos.

O governo está de costas para o povo brasileiro e de joelhos para o capital internacional e para os EUA. Prova de que o atual presidente brasileiro possivelmente desconhece a Constituição de 1988, pois a hábito de ler evidentemente não é uma qualidade substancial sua; porém é de bom alvitre lembrá-lo que, em seu Artigo 1º, a Carta é explícita em afirmar que a República Federativa do Brasil tem como um dos seus fundamentos basilares a própria Soberania. Insistindo em sofrer a tutela da política externa norte-americana, para quem sente prazer em bater continência, envergonha todo e qualquer brasileiro que reconhece que o patriotismo está além de sair aos domingos pelas ruas vestindo verde e amarelo, tampouco defender à guinada a política entreguista, que tem constituído a agenda do atual governo.

Nunca na história da educação brasileira, vimos um ataque tão agressivo e frontal contra os professores e as instituições públicas de ensino. O governo decretou a morte ao conhecimento. Todo esse obscurantismo político, social e cultural, em parte, é obra da influência de pessoas incompetentes que se intitulam portadoras da moralidade e dos bons costumes. Longe de vivermos em uma “época esclarecida”, como desejava Kant, estamos vivendo ainda em um período completamente obscuro. A passos largos, caminhamos em direção ao obscurantismo, seguindo o elogio da ignorância tutelada.

ESCOLHEMOS MORRER PELA BOCA

Por Valéria Arias (Pesquisadora NeseF/CNPq)

Entre 1990, o Brasil consumia 3% dos agrotóxicos produzidos e comercializados legalmente no mundo; tornando-nos, em 2019, ao lado dos EUA, o maior consumidor global de agrotóxicos. Considerando as 540 mil toneladas desses produtos aplicados no país em 2017, observa-se que 340 mil eram altamente nocivos e correspondiam a 20% desta categoria utilizado no mundo.

Hoje, 5 grandes corporações mundiais detêm a liderança do segmento, e seus lucros são astronômicos. Os grandes produtores de grãos nacionais, as distribuidoras de produtos agropecuários e, também, o Estado brasileiro mantêm relações comerciais intensas com todas elas. Apenas para citar um único exemplo: a Syngenta, gigante de origem suíça – atualmente controlada pela ChemChina (China National Chemical Corp), que, de igual forma, controla a maior fornecedora europeia de pesticidas e fitossanitários, a Adama –, fabrica 15 substâncias consideradas altamente danosas.

Em 2018, 32% do total dos agrotóxicos produzidos através dessas substâncias foram adquiridos pelo Brasil. Com a liberação da utilização, neste ano, de 152 novos produtos – dentre eles alguns altamente tóxicos, incluindo 14 substâncias e compostos já banidos em praticamente todo o mundo¹ –, estima-se que em poucos anos a crise de saúde pública não poderá ser revertida. Piorando esse quadro, o atual governo proibiu o acesso público aos dados produzidos pelo Ministério da Saúde – que, nota-se, não eram publicados desde 2015 –, acerca do tema, praticamente inviabilizando as ações e as pesquisas sérias com norte ecológico, que são vistas pelo Executivo como frutos unicamente ideológicos (apesar de, contudo, os dois principais ministérios, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Meio Ambiente, serem controlados pelo segmento do agronegócio).

Os registros de novos compostos batem recordes e o tempo de tramitação para sua autorização definitiva diminuiu. Os processos de licença para autorizações de comércio e de uso, que demoravam dois anos ou mais (e que incluíam uma série de estudos de impacto na saúde humana e no meio ambiente), agora são avaliados e aprovados em menos de 30 dias. É a eficiência ímpar na gestão da maximização dos lucros de grandes empresas e, correspondentemente, na minimização da importância da vida e da natureza, características da necropolítica.

Segundo a pesquisadora da USP, Larissa Bombardi, referência no estudo dos agrotóxicos em suas várias expressões

(geográfica, política, econômica e médico-sanitária), o Brasil é altamente permissivo quando se trata de quantidade de substâncias tóxicas aplicadas na produção agrícola para controle de insetos e de outras “pragas” urbanas, e dos limites de resíduos permitidos nos alimentos e na água. Bombardi e a rede de pesquisadores, agricultores orgânicos, ambientalistas e médicos, com os quais ela dialoga, informam que, em média, cada habitante do Sul do país ingeriu, até 2018, 7 litros de agrotóxicos por ano.

De fato, as comparações entre Brasil e União Europeia (UE) assustam. Vejamos alguns exemplos coletados em estudos especializados a partir de dados disponíveis em 2017 (Brasil) e em 2015 (UE).

Alimento	Composto residual no produto final	Limite UE (mg/kg)	Limite Brasil (mg/kg)
Soja	Glifosato	0,05	10,0
Feijão	Malationa	0,02	8,0
Cítricos	Acefato	0,01	0,20

Na soja, que é base para inúmeros outros alimentos, bebidas e rações, o resíduo de glifosato permitido no Brasil é **duzentas vezes maior do que na EU**; mas é na água potável que a situação

fica insustentável. Isso porque, além dos volumes residuais de agrotóxicos permitidos, lidamos com a poluição ambiental por meio de metais pesados e a falta de política para descarte adequado de sobras de remédios e de outros produtos tóxicos, que complementam a deterioração dos mananciais e lençóis freáticos. Desse modo, atualmente 1 em cada 4 municípios brasileiros consome água contaminada por 27 diferentes compostos. Vejamos o quadro comparativo, compilado pela **Agência Repórter Brasil**.

Por esse motivo, segundo os estudiosos, todos os brasileiros estão sujeitos à contaminação. Para citar alguns exemplos, são comuns intoxicações agudas em agricultores; média de 7 óbitos/dia. Para cada óbito notificado, estima-se que outros 50 não o sejam. Abortos espontâneos em decorrência do glifosato já atingem uma a cada quatro grávidas em regiões produtoras de soja (como no caso de Uruçuí, no Piauí). Nas regiões produtoras de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Paraná, a situação é parecida, mas o domínio do agronegócio tende a mascarar-la. A relação entre cânceres, teratogênias, descontroles hormonais, demências e a ingestão regular de agrotóxicos já está muito clara na literatura médica. A contaminação da água e dos alimentos altera, também, os cromossomos que são transmitidos aos fetos pelo leite materno; o que, segundo a oncologista pediátrica Sílvia Brandalise, fundadora do Instituto Boldrini, em Campinas, contribui para um assustador aumento do câncer infantil.

Em suma, adoecimento e morte são resultantes diretos da política agrícola e ambiental abusiva praticada no Brasil, e dela, por escolha democrática – ancorada no ódio e na ignorância –, somos todos reféns.

Tipo de agrotóxico	Limite máximo		Quantas vezes o limite máximo no Brasil é maior que na UE
	UE	BRASIL	
2,4D HERBICIDA	0,1	30	300
Clorpirifós INSETICIDA/ACARICIDA	0,1	30	300
Diuron HERBICIDA	0,1	90	900
Mancozebe FUNGICIDA/ACARICIDA	0,1	180	1.800
Tebuconazol FUNGICIDA	0,1	180	1.800
Glifosato HERBICIDA	0,1	500	5.000

Fonte: Dados do Brasil são de 2017; os da União Europeia, de 2015

¹ O inseticida sistêmico Sulfoxaflor, por exemplo, foi banido nos EUA por exterminar abelhas e outros polinizadores, entretanto há livre comércio dele no Brasil.

OUSE PENSAR, OUSE TRANSFORMAR!

Por **Claudinei dos Santos Dias e Hélio Camilo Rosa (Nesef/CNPq)**

É absurdo e sem sentido o ataque a áreas do conhecimento humano, especialmente a Filosofia e a Sociologia, no atual contexto político, econômico e social brasileiro. No Brasil, a Filosofia e a Sociologia possuem uma trajetória complexa, de ausências e permanências nos currículos escolares. Um desses momentos de ausência nos currículos das escolas brasileiras se deu durante a ditadura civil militar, que as extirpou completamente! A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei 9.394/96, discorreu tímida e genericamente sobre sua importância, tratando seus conhecimentos como “*necessários ao exercício da cidadania*”. Por essa razão o ano de 2008 é um marco importante, pois elas se tornam oficialmente disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio, através da Lei 11.684. Entretanto, em 2017 há um novo retrocesso, com a elaboração da Lei nº 13.415, retirando-lhes o *status* de disciplinas obrigatórias, sendo reduzidas a “conteúdos e práticas”.

Nos anos de obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, quer queira quer não – ainda que legítimos os questionamentos acerca de suas práticas, sua qualidade e finalidade –, viabilizou-se (sendo grande o mérito) o contato dessas duas áreas junto ao povo, “no chão”. Os estudantes secundaristas brasileiros, em especial das classes periféricas, começaram a compreender o que é Filosofia e Sociologia e a sua utilidade na busca por interpretar e transformar a si e ao mundo; sendo possível identificar tais mudanças ao longo dessa quase uma década em que, de forma oficial, estiveram obrigatoriamente presentes no cotidiano escolar brasileiro.

Entretanto, agora, diante das atuais circunstâncias caracterizadas pelo desmonte da educação pública e pela criminalização do professor, precisamos de uma ação coletiva de denúncia das estratégias utilizadas pelo atual governo, que fomenta políticas de desmonte do MEC, e implantação de uma perspectiva neoliberal na educação brasileira em seus diferentes níveis (sendo os principais alvos as áreas de humanidades, particularmente Filosofia e Sociologia). Dessa forma, é salutar e necessária a defesa, através das áreas humanas, de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade; para isso são necessárias mudanças no modo de pensar e agir: REAÇÃO FILOSÓFICA RADICAL.

Os ideólogos e críticos das Ciências Humanas remetem ao discurso tecnicista, econômico e produtivista, alegando que elas não produzem nada de útil; entendendo-se por útil aquilo que está vinculado ao mercado.

A motivação dessas críticas é devido ao valor filosófico/sociológico não estar relacionado à produção de mercadorias que visam o lucro, e sim por constituírem parte do patrimônio

do saber humano e por serem instrumentos de transformação, de busca por autonomia emancipatória, sua essência. São valores não monetizáveis, mas fundamentais para a existência humana, entendidos como um conjunto complexo de experiências, irredutível a utilidade no sentido almejado por seus detratores.

É justamente a Filosofia e a Sociologia que permitem aos humanos pensar seu mundo, sua realidade, seu contexto, com tudo o que dele faz parte. Não se trata, contudo, de um simples pensar, mas de uma reflexão que se liga à ação, almejando transformar, melhorar, qualificar a realidade que os envolve.

Em tempos de subemprego, de diminuição das condições mínimas de vida, de retirada de direitos, de possibilidade de uma crise ecológica profunda, com gravíssimas consequências para todas as formas de vida, torna-se vital que se tenha capacidade de analisar e avaliar, no sentido de mudar tal quadro, de agir pela continuidade de condições adequadas de vida, de preservação de condições adequadas para o futuro da espécie humana e das demais formas de vida que, em conjunto, habitam a mesma *casa comum*.

Foi através da Filosofia que, pela primeira vez na história humana, o mundo foi entendido de um modo exclusivamente racional, e a existência humana vista como parte de um todo interconectado, chamado natureza. Foi por meio da Filosofia que a humanidade compreendeu a importância da liberdade, da igualdade, da ação política em prol do Bem Comum, da necessidade de se questionar o poder, de investigar as condições do conhecer humano, da atribuição de beleza e das condições que tornam, por exemplo, ética uma ação.

Com a Sociologia, a humanidade entendeu que é possível investigar e conhecer a sociedade em suas múltiplas faces. Através da análise sociológica, pobreza e desigualdade social, por exemplo, são entendidas não como efeitos de inaptidão para o trabalho – ou ainda como algo natural, resultado de uma fatalidade, um desajuste do sistema –, mas sim frutos de condições históricas, de relações sociais e de produção.

Apenas com ambas se entende que as condições adequadas de vida para as pessoas não surgirão apaticamente, mas através da ação transformadora que deve ocorrer no cotidiano das sociedades humanas.

A luta pela continuidade da Filosofia e da Sociologia, pela existência formal de tais áreas de saber no currículo escolar brasileiro, é a luta pela manutenção de um mínimo de humanidade, de capacidade civilizatória e de preservação da vida no horizonte da contemporaneidade. Sem elas, o presente tornar-se-á precário e difícil, e o futuro, incerto.

Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.
K. Marx

ESCOLHEREMOS MORRER SEM DIREITOS?

Por Bernardo Kestring e Sebastião Donizete Santarosa (APP Independente)

Tempos difíceis estes em que vivemos. Tempos que nos obrigam, irremediavelmente, à urgente reflexão histórica em torno das complexas formas de se compreender as representações dos homens no mundo. Reportemo-nos, então, ligeiramente, às grandes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas na Europa entre os séculos XV e XVII. Nessa época, descortinavam-se no Ocidente os períodos conhecidos como Renascimento Humanista e Iluminismo, os quais abriram caminho para a chamada Idade Moderna. Ampliando os horizontes existenciais pela superação dos limites estreitos da Idade Média, também conhecida como período das trevas, do obscurantismo, do moralismo e do domínio absoluto do cotidiano das pessoas pelo pensamento religioso, disseminado pela Igreja Católica. A partir dessa abertura, *ser moderno* passou a significar a habilidade de separar fé e razão, de valorizar o homem em sua relação com o mundo, de lançar mão da razão e da ciência experimental, de ser crítico e de não aceitar passivamente a autoridade ou a tradição para validação de um saber.

Ora, no Brasil do século XXI, já no limiar de sua segunda década, parece que entramos em outro momento histórico de radicais mudanças paradigmáticas, uma espécie de renascimento às avessas. Um momento em que fantasmas parecem levantar de túmulos seculares para assombrar nosso povo, ou seja, um momento em que são apresentadas, irrefletidamente, reformas políticas, sociais e culturais desejosas de retornar ao medievo. Negando o clássico pensamento greco-romano emergente na Modernidade, caracterizado pelo desejo de um salto para o futuro por meio do renascimento científico, artístico e laico, de homens e mulheres livres para pensar e para agir.

Constatamos facilmente o retrocesso que estamos vivenciando, ao analisarmos o que se vem chamando de “novo” pelo atual governo brasileiro. O “Novo Ensino Médio”, por exemplo, representa a retomada do ensino dual, do tecnicismo, da formação dos filhos dos trabalhadores apenas para as necessidades do mercado de trabalho; a “Nova Previdência”, por sua vez, condena pessoas a trabalhar desde a juventude até a extrema velhice, em rotinas estafantes, sem direitos ou quaisquer formas de garantia, em condições análogas a de escravos; o “Novo Sindicalismo”, tema presente na Medida Provisória 873/2019, também sob o manto da “inovação”, ao lado das “Novas Leis Trabalhistas”, vilipêndia de forma absurda as medidas de proteção do trabalhador e a representação sindical. Quando falamos em reformas e inovação na vida cotidiana, pensamos imediatamente em melhorias em nossas condições de vida, em praticidade e em conforto. Entretanto, quando se analisa o “novo” que as reformas governamentais anunciam, o cenário é de bastante ceticismo, é tragicamente desesperador.

A Medida Provisória 873/2019, em sua gênese e em toda a sua concretude formal, materializa a perseguição perversa às organizações de trabalhadores, especificamente a seus sindicatos. Dificultando, assim, suas possibilidades de manutenção e, como consequência, obliterando direitos conquistados com muita luta desde a chegada dos imigrantes europeus no final do século XIX e início do século XX ao Brasil, os quais importaram de seus países de origem as sementes do sindicalismo.

Na prática, essa Medida Provisória significa uma afronta direta à Constituição Brasileira. Arbitrariamente, a MP 873 tenta intervir no sindicalismo nacional para enfraquecer as ações da classe trabalhadora contra medidas ultraliberais e reacionárias do atual governo de extrema direita. Impondo regras para cobrança de todas as fontes de receitas sindicais (mensalidades, contribuições facultativas e contribuição sindical – Imposto Sindical), provocando consequências nefastas para o financiamento de todo o sistema confederativo (sindicatos, federações, confederações e centrais).

Além de atacar as receitas, o governo estuda investir contra outros pilares da organização sindical. A MP 873, ao condicionar as decisões sindicais ao trabalhador(a) individualmente, substituindo o legislado pelo negociado – como se o trabalhador tivesse a mesma força de barganha do que o patrão –, enfraquece as instâncias coletivas de decisões (assembleias, acordos e convenções coletivas) e induz outro sistema de representação sindical por empresa (modelo americano). No Paraná, os efeitos da MP 873 já têm encorajado os deputados estaduais, sempre alinhados com o que há de mais retrógrado, a coletarem assinaturas para abertura de uma CPI contra o Sindicato dos Professores, a APP-Sindicato, em uma clara tentativa de enfraquecer um dos maiores sindicatos do Sul do país.

Se o cenário até aqui apresentado, embora breve e resumido, ainda não foi suficiente para lhe convencer sobre a veracidade do renascimento da Idade Média em pleno século XXI, quero ver o que você pensará quando encontrar um terraplanista, uma pessoa de bem, vestida de verde-amarelo, defensora da monarquia teocrática saindo às ruas (ou se fazendo presente nas redes sociais) em fervorosa defesa de um governo que trabalha pela precarização da educação, da saúde, do meio ambiente, da segurança, da democracia... da vida.

Afinal, o que importam a existência dos sindicatos e a proteção aos direitos dos trabalhadores aos rentistas e ao capital especulativo? Ao capital, importa apenas o lucro; a vida das pessoas é algo desprezível, coisa irrelevante, pequena e supérfluo detalhe. Vivemos, indubitavelmente, um tempo em que precisamos nos voltar de forma reflexiva à História, reconhecer-nos como sujeitos históricos e tomar posição urgente em favor da vida e contra a emergência de um passado que deveria estar definitivamente enterrado.

Participe do Jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexsander Machado
Revisão e diagramação: Bardo Revisão